

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense

**Processo Seletivo Simplificado
Edital 003/2025**



**Assistente Técnico Adm II –
Controle Interno**

TARDE

PROVA TIPO 1 – BRANCA





FUNÇÃO: ASSISTENTE TÉCNICO ADM II – CONTROLE INTERNO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Por que se apavora o falante apavorado?

Escrevendo profissionalmente sobre a língua portuguesa brasileira já faz um quarto de século, esbarrei muitas vezes com a figura do falante apavorado.

O falante apavorado trata a língua como se ela fosse uma cristaleira cara que, herdada dos avós, decora o salão onde seus filhos jogam futebol. Vive em sobressalto, o coitado, à espera do chute forte que vai estilhaçar seu tesouro.

Um elitismo confuso, misturado a bastante ignorância linguística, pode até levá-lo a mover uma acusação de lusocídio contra quem escreve brasilidades como “Se oriente, rapaz” ou “Tinha uma pedra no meio do caminho”.

Imagino que sejam uma minoria pequena, mas não sei. O fato é que de vez em quando um deles me acusa de ser um vândalo que ensina a fuzilar a concordância e a escrever gato com jota.

Embora a acusação seja vazia, não vou negar que magoa um pouco. Logo eu, pô, que desde pequeno arrasto uma asa bandeirosa pela tal de língua portuguesa.

Eu que decorei poemas ribombantes para recitar na escola, bestificado com a sinfonia das palavras, e nunca mais os esqueci – embora tenha renegado aquilo um milhão de vezes pela vida.

Sempre que trato da atualização normativa do português brasileiro, tarefa cívica para a qual nossa linguística está madura, vem um falante apavorado me chamar de destruidor do idioma.

Você aponta alguma aresta que pode ser aparada na relação entre uma norma culta idealizada e a norma culta praticada de fato no país. Sugestão, pensando bem, bastante modesta.

Um exemplo da semana passada: minha crítica à regra brasileira de separar, por escrito, preposição e artigo em frases como “a hora de a onça beber água” ou “o fato de a noite ser fria”.

A regra é besta, mas merece mais algumas palavras. Mesmo relativizada por nossos melhores gramáticos tradicionais, perdura nos meios editoriais, jurídicos, acadêmicos e jornalísticos do país.

Não é que seja especialmente idiota – embora seja um pouco – escrever “de o” em vez de contraí-lo em “do”, como fazemos todos os lusófonos ao falar. Idiota mesmo é afirmar que só pode ser assim.

Ah, mas não tem como ser diferente, se apavora ainda mais o falante apavorado. Diz ele que o fato da (opa) onça ser sujeito de uma nova oração impede a contração. Por quê? Não faz sentido. A onça não deixa de sentir sede porque alguém juntou duas palavras.

Os portugueses não perdem tempo com isso. Eu sei, nós não ligamos para o que os portugueses pensam da nossa língua. Só que neste caso eles têm razão.

Num idioma saudável, pruridos pedantes como esse não são base legítima para um divórcio tão desastroso e desnecessário entre forma e expressão.

O conservadorismo do falante apavorado é mais político do que linguístico. É preciso haver marcas, selos, carimbos para separar os falantes do alto e os falantes do baixo português. Nada melhor para isso do que certas pegadinhas, confere?

Passou da hora da gente se livrar de entulhos como esse, tornando nosso português escrito menos hostil aos milhões de brasileiros que lutam para dominá-lo nos bancos escolares.

(Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/>. Acesso em: junho de 2025.)

Questão 01

Observe o trecho: **“Nada melhor para isso do que certas pegadinhas, confere?”** (15º§). Em termos gerais, **“pegadinha”** é um artifício para enganar ou induzir alguém ao erro. Segundo o texto, considerando essa definição e as finalidades de **“certas pegadinhas”**, assinale a alternativa cujo enunciado obedece a uma regra gramatical considerada **“pegadinha”** pelo autor.

- A) “[...] ‘Se oriente, rapaz’ [...]” (3º§)
- B) “[...] ‘o fato de a noite ser fria’.” (9º§)
- C) “Só que neste caso eles têm razão.” (13º§)
- D) “ ‘Tinha uma pedra no meio do caminho’.” (3º§)



Questão 02

Tendo em vista sua composição, estrutura e finalidade comunicativa, o texto lido é predominantemente:

- A) Injuntivo, por orientar a adoção de procedimentos específicos.
- B) Narrativo, por relatar fatos num determinado tempo e espaço.
- C) Expositivo, por detalhar as características da temática discutida.
- D) Argumentativo, por induzir o leitor a aderir a um ponto de vista.

Questão 03

O texto propõe uma reflexão baseada no impasse entre:

- A) Registro formal e registro coloquial brasileiros.
- B) Norma culta brasileira e norma culta portuguesa.
- C) Norma culta clássica e norma culta real brasileiras.
- D) Modalidade escrita e modalidade falada brasileiras.

Questão 04

De acordo com o texto, o “falante apavorado” é aquele que:

- A) Rechaça a inovação prescritiva do português brasileiro.
- B) Ignora a existência da norma culta e da norma popular.
- C) Sugere a simplificação das regras gramaticais brasileiras.
- D) Institui as regras do baixo e do alto português brasileiro.

Questão 05

Segundo o próprio autor, ele é chamado de “destruidor do idioma” (7º§) porque:

- A) Deseja incorporar ao idioma as normas da linguagem jornalística.
- B) Desqualifica as regras de linguagem propostas pelos portugueses.
- C) Defende a flexibilização de algumas regras da tradição gramatical.
- D) Discorda de renomados gramáticos sobre as mudanças linguísticas.

Questão 06

No 5º§, ao afirmar que arrastava “[...] uma asa bandeirosa pela tal de língua portuguesa.”, o autor pretendeu dizer que estava:

- A) Relativamente interessado nela.
- B) Discretamente interessado nela.
- C) Verdadeiramente interessado nela.
- D) Escandalosamente interessado nela.

Questão 07

Nesta passagem “O falante apavorado trata a língua como se ela fosse uma cristaleira cara que, herdada dos avós, decora o salão onde seus filhos jogam futebol.” (2º§), a ideia do preciosismo atribuído à língua foi construída por meio da figura de linguagem conhecida por:

- A) Metonímia.
- B) Eufemismo.
- C) Comparação.
- D) Prosopopeia.

Questão 08

Conforme o contexto em que foram empregadas, as palavras destacadas a seguir apresentam a mesma classificação morfológica, EXCETO uma; assinale-a.

- A) “Diz ele que o fato da opa onça ser [...]” (12º§)
- B) “Ah, mas não tem como ser diferente, [...]” (12º§)
- C) “Logo eu, pô, que desde pequeno arrasto [...]” (5º§)
- D) “[...] uma asa bandeirosa pela tal de língua [...]” (5º§)



Questão 09

O conector “*Só que*”, no 13º§, foi utilizado com a função de:

- A) Introduzir uma hipótese do enunciador.
- B) Retomar as explicações já mencionadas.
- C) Indicar uma causa e seu efeito imediato.
- D) Estabelecer oposição com a ideia anterior.

Questão 10

A silepse é um tipo de concordância que não se estabelece com a forma das palavras, mas sim com a ideia que se pretende veicular ou com termos implícitos no enunciado. Por isso, também é conhecida como concordância ideológica. Nesse sentido, assinale a alternativa a seguir relacionada em que há um caso de silepse.

- A) “[...] como fazemos todos os lusófonos ao falar.” (11º§)
- B) “Eu que decorei poemas ribombantes para recitar [...]” (6º§)
- C) “[...] nós não ligamos para o que os portugueses pensam [...]” (13º§)
- D) “[...] esbarrei muitas vezes com a figura do falante apavorado.” (1º§)

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 11

Em um computador, cada componente possui uma função específica. No entanto, há uma peça fundamental considerada o “cérebro” do computador, pois coordena praticamente todas as atividades realizadas pela máquina. Qual dos componentes a seguir é considerado o “cérebro” do computador?

- A) Placa-mãe.
- B) HD (*Hard Disk*).
- C) Memória RAM.
- D) Processador (CPU).

Questão 12

Ana trabalha na Secretaria de Saúde e precisa encontrar um relatório sobre o controle de vacinas que foi salvo na semana anterior. Ela se recorda que salvou o arquivo dentro de uma pasta chamada “Campanha 2025”, mas não sabe ao certo onde a pasta está no computador. Para procurar o arquivo, ela decide abrir o programa do *Windows* que permite visualizar as pastas, documentos e imagens salvos no sistema. Qual é o nome do programa do *Windows* que Ana deve usar para procurar a pasta “Campanha 2025” e localizar o arquivo?

- A) Painel de Controle.
- B) Localizar e Substituir.
- C) Explorador de Arquivos.
- D) Gerenciador de Tarefas.

Questão 13

No *Microsoft Word* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil), é possível ajustar as margens do documento e configurar a orientação da página (retrato ou paisagem) na guia:

- A) Inserir.
- B) Revisão.
- C) Exibição.
- D) *Layout* da Página.

Questão 14

O que é o IP em uma rede de computador?

- A) Um protocolo de navegação *Web*.
- B) Um componente físico da placa de rede.
- C) Uma rede local que interliga computadores.
- D) Um número que identifica um dispositivo em uma rede.



Questão 15

João trabalha na Secretaria de Finanças e criou a seguinte planilha para verificar os gastos com materiais de escritório; analise-a.

	A	B
1	Produto	Total (R\$)
2	Papel A4	R\$ 250,00
3	Canetas	R\$ 70,00
4	Grampeador	R\$ 90,00
5	Pastas	R\$ 40,00
6	Marcadores	R\$ 65,00

Assinale a fórmula utilizada para descobrir qual produto possui o menor valor.

- A) =MENOR(B2:B6)
- B) =MÍNIMO(B2:B6)
- C) =MENORVAL(B2:B6)
- D) =MENORVALOR(B2:B6)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

Questão 16

Durante uma reunião administrativa, o servidor responsável pelo apoio técnico às deliberações do CISBAF foi questionado sobre as regras básicas do funcionamento do Conselho de Municípios. Para responder com segurança, ele recorreu ao Estatuto do Consórcio e esclareceu pontos como a composição do Conselho, as regras para convocação de Assembleias e a possibilidade de reeleição do presidente. Considerando o Estatuto do CISBAF, assinale a afirmativa correta.

- A) O prefeito eleito como presidente do CISBAF pode exercer o cargo apenas uma vez, sem possibilidade de reeleição.
- B) O Conselho de Municípios é formado pelos secretários de saúde dos municípios consorciados e se reúne uma vez por ano.
- C) A presidência do CISBAF é ocupada por um técnico da saúde indicado pelo Governo do Estado para um mandato de três anos.
- D) A Assembleia Geral Extraordinária pode ser convocada pelo presidente do Conselho de Municípios ou por um terço de seus membros.

Questão 17

O município X, consorciado no CISBAF, manifestou interesse em deixar o consórcio. Para que essa saída ocorra de forma legal, conforme disposto no Decreto nº 6.017/2007, é correto afirmar que:

- A) A saída do município X só precisa ser aprovada pelo prefeito do próprio município interessado.
- B) A alteração ou extinção do contrato de consórcio pode ser decidida unilateralmente por qualquer ente consorciado.
- C) A saída do município X depende de aprovação em Assembleia Geral e ratificação por lei de todos os entes consorciados.
- D) O município X pode sair do consórcio a qualquer momento, mediante comunicação simples ao presidente do consórcio.

Questão 18

Durante a organização de um mutirão regional de vacinação, a equipe técnica do CISBAF precisou analisar quais ações o consórcio público poderia legalmente executar para ajudar os municípios participantes a cumprirem suas metas de saúde. Para isso, consideraram as disposições da Lei nº 11.107/2005, que regula os consórcios públicos. Tendo em vista essa normativa, é correto afirmar que o consórcio público:

- A) Só pode atuar dentro de um único município.
- B) Não pode receber dinheiro de outros órgãos do Governo.
- C) É sempre proibido de fazer convênios com outras entidades.
- D) Pode ser contratado pelos municípios que o formam, sem precisar de licitação, nos limites da lei.



Questão 19

Considerando a ratificação do Protocolo de Intenções pelos municípios consorciados, o CISBAF tem sua natureza jurídica definida para organizar a gestão regional da saúde. De acordo com o exposto, o CISBAF trata-se de uma:

- A) Organização informal sem personalidade jurídica própria.
- B) Entidade privada sem vínculo com os municípios que o compõem.
- C) Empresa pública administrada exclusivamente pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.
- D) Associação pública com personalidade jurídica de direito público, constituída pelos municípios da Baixada Fluminense.

Questão 20

Durante uma reunião com os Prefeitos da Baixada Fluminense, discutiu-se quais são as principais funções do CISBAF. Com base no art. 9º do Estatuto do CISBAF, trata-se de objetivo do consórcio:

- A) Administrar exclusivamente hospitais estaduais na Baixada Fluminense.
- B) Atuar somente na área de saneamento básico, sem envolver ações de saúde.
- C) Atuar na educação municipal, planejando políticas escolares para os entes consorciados.
- D) Organizar o sistema regional de saúde e promover a integração dos serviços e investimentos para a implantação plena do Sistema Único de Saúde (SUS) na região.

CONHECIMENTOS DA FUNÇÃO

Questão 21

O assistente técnico administrativo da área de controle interno do CISBAF, em seu dia a dia, tem por responsabilidade dar suporte na elaboração e execução de procedimentos técnicos e, nessa seara, deve ser conhecedor das normas legais, bem como da prática acerca do modo de averiguação por parte do controle interno municipal. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para que seja possível organizar as ações de controle interno, é indispensável que o município envolvido tenha uma estrutura administrativa ordenada, em que as funções e as atribuições dos agentes públicos sejam bem definidas e as competências formalmente distribuídas e consoantes com as definições de funções dos agentes públicos.
- II. O estabelecimento, por lei, de todos os órgãos que compõem a administração municipal, com suas funções delineadas, seus órgãos e sub-órgãos devidamente estabelecidos, de modo que todas as funções sejam realmente explícitas e atendidas, é o ponto de partida da organização administrativa e do bom funcionamento do controle interno.
- III. Os indivíduos que atuam no órgão de controle interno, em quaisquer circunstâncias, terão acesso a todas as dependências públicas, a todos os documentos, valores e livros, não sendo legítimo lhes sonegar, sob qualquer pretexto, quaisquer processos, documentos ou informações em poder de órgãos públicos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 22

O assistente técnico administrativo da área de controle interno do CISBAF, no exercício de suas atribuições de auxiliar e monitorar os prazos dos órgãos de fiscalização, fez algumas anotações relativas ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Nesse sentido, assinale a afirmativa que contém uma INCORREÇÃO.

- A) Tem prazo de publicação estabelecido pela Constituição Federal vigente.
- B) É uma publicação anual que apresenta informações fiscais consolidadas de cada ente do país.
- C) Apresenta um compilado de informações que os Estados e o Distrito Federal encaminham ao Tesouro Nacional por meio de Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.
- D) Congrega, em definição ampla, informações da execução orçamentária de todos os Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo, também, o Ministério Público e a Defensoria Pública, e deve ser publicado pelas esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal.



Questão 23

Conhecer a função e o funcionamento do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é imprescindível ao bom desempenho funcional do assistente técnico administrativo da área de controle interno. A respeito do PCASP, analise as afirmativas a seguir.

- I. Trata-se da estrutura da escrituração contábil formada por relação padronizada de contas contábeis que permite o registro contábil de maneira padronizada e sistematizada.
- II. Permite a elaboração de relatórios gerenciais e de demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários.
- III. Padroniza os registros contábeis das entidades do setor público e privado, o que possibilita distinguir registros de natureza orçamentária e de controle.
- IV. Atende à administração direta e à administração indireta das três esferas de governo, inclusive quanto às peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) III e IV.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 24

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle interno é exercido dentro de um mesmo Poder. No caso do Município, no Poder Executivo, no Poder Judiciário e no Poder Legislativo, automaticamente ou através de órgãos para esse fim criados, integrantes da estrutura administrativa do Poder Judiciário Municipal.
- II. Os gestores públicos, assim como os agentes públicos que integram o órgão de controle interno, não devem divulgar, ou discutir com terceiros, os resultados dos relatórios emitidos pelo órgão de controle interno, pois tais relatórios são sigilosos.
- III. O real conhecimento dos problemas enfrentados e que devem ser superados, conforme apontamentos feitos pelo órgão de controle interno, deve ficar restrito às autoridades competentes que, a partir dos apontamentos, devem impor metas a serem alcançadas por todos, com a finalidade de obter sucesso nas ações empreendidas, visando sempre eliminar práticas incorretas, negligentes ou ilícitas.

Sobre abordagens teórica e prática de controle interno, está INCORRETO o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 25

A respeito das disposições legais, teóricas e práticas relativas ao controle interno, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei que instituir o Sistema de Controle Interno municipal deverá disciplinar, também, o funcionamento, a composição, o recrutamento e a forma de pagamento aos integrantes do órgão central de controle interno que estará sediado no Poder Executivo Municipal.
- II. Quanto ao funcionamento do controle interno, de acordo com a previsão legal e a fim de que cumpra suas reais funções, atuando como um auxiliar da gestão, também nos aspectos de legalidade e transparência, é indispensável que sejam obedecidos alguns parâmetros, dentre eles recursos humanos plenamente integrados na estrutura do ente e qualificados para o exercício das funções de controle, valorizados junto às equipes diretivas, não como fiscais de plantão, mas sim como auxiliares efetivos voltados para a prevenção de riscos irreparáveis.
- III. Os ocupantes de cargos de chefia devem desencadear ações positivas como, por exemplo, despachar com rapidez os pleitos formulados pelos responsáveis pelo controle interno, responder a todas as informações solicitadas pelos integrantes do órgão de controle e, dentro do possível, acatar e prestigiar as sugestões oferecidas que visem melhorar os resultados a serem obtidos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



Questão 26

Maria, recém-contratada como assistente técnica da área de controle interno do CISBAF, em virtude de aprovação em processo seletivo simplificado, observou, em fiscalização rotineira, falha na contratação de um médico plantonista há dois anos. Essa falha tornou ilegal o ato de contratação do médico plantonista, pois ele era concursado e servidor público efetivo em dois outros diferentes municípios consorciados há quatro anos. Maria levou tal fato ao conhecimento de seu superior imediato. A esse respeito, quanto à competência para revisão dos próprios atos, a autoridade pública deve:

- A) Convalidar o ato de contratação do médico plantonista, pois tal ato não acarreta lesão ao interesse público nem, tampouco, prejuízo a terceiros.
- B) Manter a contratação do médico plantonista por motivo de oportunidade, pois, uma vez contratado, mesmo que de forma ilegal, somente o Poder Judiciário pode anular o ato de contratação.
- C) Anular o ato de contratação do médico plantonista por vício de ilegalidade, pois é vedada a acumulação remunerada de mais de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas.
- D) Convalidar o ato de contratação do médico plantonista por motivo de conveniência em respeito aos direitos adquiridos, pois profissionais de medicina podem trabalhar em inúmeros órgãos públicos sem quaisquer óbices legais.

Questão 27

Uma atuação eficiente do controle interno no âmbito do CISBAF só é possível se o agente público que atua na área tiver plena compreensão, também, da atuação dos órgãos de controle externo, sobre o qual é INCORRETO afirmar que:

- A) A fiscalização contábil, função exclusiva do controle externo, impede a falta de transparência, a ineficiência e a ineficácia da Administração Pública.
- B) As fiscalizações contábeis, financeiras, orçamentárias, operacionais e patrimoniais podem ser realizadas por diversos órgãos, dentre eles os Tribunais de Contas.
- C) O controle externo, nos moldes legalmente estabelecidos, é de fundamental importância na busca pela garantia da qualidade da informação contábil da Administração Pública e da boa gestão dos recursos públicos.
- D) A verificação da correta utilização da estrutura contábil estabelecida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), para registro das operações, diz respeito não só, mas precipuamente, à fiscalização contábil.

Questão 28

Ciente do que legalmente se encontra estabelecido sobre os Tribunais de Contas e o controle interno na Administração Pública, o assistente técnico administrativo, com atuação no órgão de controle interno, será capaz de apoiar eficientemente os gestores públicos nas atividades executadas. A esse respeito, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É do controle interno a função de avaliar previamente e autorizar o que determinado órgão vai produzir ou executar.
- B) O controle interno é responsável pela fiscalização preventiva, contínua e exaustiva, com a finalidade de impedir erros involuntários e atos que possam comprometer uma gestão pública bem-intencionada.
- C) A implantação dos Sistemas de Controle Interno possibilita aos gestores públicos acompanharem o desenvolvimento dos serviços públicos, a correta aplicação dos recursos e a preservação do patrimônio público.
- D) O controle interno visa verificar, de forma aleatória e mais ampla possível, práticas empreendidas pelos diversos órgãos da administração e, se constatadas irregularidades, deve apontá-las e informá-las aos responsáveis e ao gestor e sugerir ações para corrigir as falhas detectadas.

Questão 29

Em relação à atuação do órgão de controle interno, no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Quanto à apuração de resultados, deve-se analisar a forma como os resultados financeiros e patrimoniais estão sendo apurados e evidenciados.
- B) A verificação da conformidade dos atos de gestão com as normas orçamentárias e contábeis diz respeito à verificação da obediência entre elaboração e execução do orçamento.
- C) A avaliação se os bens e direitos do ente público estão sendo registrados e apresentados de forma adequada nas demonstrações contábeis diz respeito ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação de ativos e passivos.
- D) Na avaliação da correta utilização da estrutura contábil formalmente estabelecida, deve-se verificar se os registros das operações estão condizentes com o estabelecido no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o qual é de restrita responsabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que deve elaborá-lo e divulgá-lo anualmente.



Questão 30

Ao analisar determinado documento, o assistente técnico administrativo da área de controle interno verificou que ele apresenta as seguintes características; analise-as.

- I. Deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. Esse prazo, para o primeiro quadrimestre, encerra-se em 30 de maio; para o segundo quadrimestre, em 30 de setembro; e, para o terceiro quadrimestre, em 30 de janeiro do ano subsequente ao de referência.
- II. Todos os entes federativos estão obrigados a emití-lo. Na esfera municipal, estão incluídos: o Poder Legislativo (incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver) e o Poder Executivo.
- III. Caso a sua publicação seja feita por meio da disponibilização das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, ele deverá conter a assinatura digital de todos os responsáveis.

As características apresentadas dizem respeito ao:

- A) Anexo de Metas Fiscais.
- B) Balanço Geral do Exercício.
- C) Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
- D) Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; sendo constituída de uma dissertação, versando sobre tema de conhecimento geral, que será avaliada na escala de zero a trinta pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de vinte linhas e máxima de trinta linhas. O texto do candidato deverá atender ao número mínimo de linhas estipuladas, sob pena de desclassificação para o texto com número de linhas abaixo do limite mínimo exigido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

Aspectos avaliados de acordo com a norma padrão	Pontos descontados por erro	Total de Pontos
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)	0,25 ponto	6,0 pontos
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe)	0,25 ponto	6,0 pontos
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade)	0,25 ponto	4,0 pontos
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto)	0,5 ponto	7,0 pontos
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado)	0,5 ponto	7,0 pontos
TOTAL	–	30 pontos

Texto I

“Não serei a última”, diz Célia Xakriabá, primeira mulher indígena doutora pela UFMG

Deputada federal por Minas Gerais trata de saberes ancestrais em tese de doutorado

Pela primeira vez na história, uma mulher indígena se tornou doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A deputada federal Célia Xakriabá (PSOL) defendeu a tese “Ancestraliterra – Sabedoria indígena na política e na universidade”, que propõe uma integração entre os saberes tradicionais dos povos indígenas e o conhecimento acadêmico.

O trabalho de Célia, apresentado no departamento de antropologia da instituição, valoriza o conhecimento ancestral, a partir de uma visão de território que transcende a geografia, com o conceito de que “o corpo é território e o território é corpo”. Além disso, a deputada apresenta a ideia de “mulheres-semente”, que são as pioneiras na produção de conhecimento, como as benzedoras e as parteiras.

O trabalho da mais recente doutora valoriza os saberes tradicionais e científico, mostrando que as duas formas de conhecimento não são antagônicas e podem caminhar juntas. Para isso, ela usa a academia para defender o território e a cultura indígenas, a partir de um olhar de pertencimento, e não apenas de observação.

Como não poderia deixar de ser, a política também está presente no trabalho da parlamentar, que destaca suas origens no Cerrado, onde o pequi, fruto considerado o “ouro do Cerrado”, simboliza o respeito e o cuidado com a natureza, em contraste com a exploração predatória dos recursos naturais. Ela perpassa a sua luta dentro do território e por acesso a espaços representativos, como a universidade e a política partidária.

Célia ainda destaca a importância da sua produção acadêmica e de sua presença no espaço de produção de conhecimento científico como a inauguração de um novo possível para os povos indígenas. “Eu sou a primeira, mas não serei a última”, enfatiza.

(Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/>. Acesso em: junho de 2025. Adaptado.)



Texto II

Uma literatura nossa para falarmos de nós

A Bienal Internacional do Livro do Ceará, ao longo de 15 edições, vem se consolidando como um dos mais importantes eventos culturais do gênero no país e já tem lugar na agenda literária estadual e nacional.

Com o tema “Das fogueiras ao fogo das palavras: mulheres, resistência e literatura”, a bienal, realizada em Fortaleza, de 4 a 13 de abril, trouxe uma linda programação com palestras, oficinas, lançamentos de livros, contações de histórias, apresentações artísticas e outras ações do campo literário.

Neste ano, o evento reforça o papel da cultura e da ancestralidade na literatura. Essa mesma literatura, que nos permite voar em nossa imaginação e conhecer outros mundos, tem papel fundamental em nossa educação e na construção do imaginário coletivo da sociedade e na recontagem de nossas próprias histórias.

O tema “Das fogueiras ao fogo das palavras” me leva de volta às histórias sobre meu povo, sobre os espíritos da floresta, sobre a forma como entendemos a criação do mundo e nossa relação com ele. Lembro essas histórias contadas pelo meu avô quando eu, meus irmãos e meus primos éramos crianças. Me faz pensar nas várias noites em que eu e meus irmãos insistíamos com nossa mãe por mais uma história antes de dormir. Sem mais histórias para contar, ela criava outras, sobre os bichos e a floresta, para nos ninar.

“O fogo das palavras” me lembra que palavras têm poder. Que são como flechas que denunciam uma realidade ainda invisibilizada e transmitem uma cultura de imensa riqueza, como nos mostram os grandes discursos dos líderes e escritores indígenas.

Quando discurssei na COP26, em Glasgow, pude denunciar ao mundo a violência vivenciada por nós naquele momento e lembrar que nossos modos de vida têm a chave para superar a crise do clima. Por isso devemos estar nas mesas de decisões. Desde que comecei a escrever aqui na Folha, busco trazer questões pertinentes à vida dos povos indígenas e de toda a sociedade através do olhar de uma jovem mulher indígena. Faço isso em uma imprensa tradicional, na qual apenas 0,2% dos profissionais se identificam como indígenas. Hoje, Ailton Krenak e eu somos os colunistas indígenas aqui desta Folha. Contamos nossas histórias em defesa dos povos e da floresta.

É necessário dar voz aos pensadores e escritores indígenas para que transmitam o verdadeiro pensamento dos povos originários, não os estereótipos criados sobre nós pelo colonizador. É empoderador e nos dá orgulho sermos os protagonistas de nossas próprias histórias, mostrando nossas origens e quem somos. Que possamos ler cada vez mais escritores indígenas e negros para conhecer e valorizar as nossas raízes. E entender que podemos escrever sobre o que quisermos e criar novas belas histórias, assim como minha mãe fazia.

(Txai Suruí para a Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/txai-suruí/>. Acesso em: junho de 2025. Adaptado.)

Texto III

Troca de saberes com Ehuana Yanomami e Geni Núñez em SP

Lideranças indígenas realizam diálogo sobre cuidados, cura e território no Espaço Floresta no Centro, do ISA

Encerrando o mês de abril – marcado pela luta dos povos indígenas, o Espaço Floresta, no Centro do Instituto Socioambiental (ISA), recebe, no dia 24 de abril, um encontro potente entre mulheres que são referência na valorização dos conhecimentos de seus povos: Ehuana Yanomami e Geni Núñez. A conversa contará com a mediação e tradução de Ana Maria Machado, antropóloga e indigenista que atua em defesa do povo *Yanomami* há mais de 10 anos.

Ehuana Yanomami é professora, artista, escritora e liderança feminina do povo *Yanomami*. Co-autora do livro “*Yipimuwi thëã oni – Palavras escritas sobre menstruação*”, de 2017, ela compartilha sua trajetória, saberes e formas de organização das mulheres *yanomami* em um contexto de resistência frente às ameaças constantes do garimpo ilegal em seu território.

Os trabalhos artísticos de Ehuana Yanomami já percorreram museus em diversas partes do mundo, com exposições na China, EUA, França, Espanha e outros países. Seu talento foi revelado ainda jovem, quando seus primeiros desenhos foram publicados no livro “*Hwërimamotima thë pë ã oni: Manual dos remédios tradicionais Yanomami*”, lançado em 2015, que reúne os saberes ancestrais sobre plantas medicinais de seu povo.

Geni Núñez é psicóloga, escritora, pesquisadora e ativista guarani, autora do livro “*Descolonizando afetos: Experimentações sobre outras formas de amar*” e “*Felizes por enquanto: escritos sobre outros mundos possíveis*”. Geni traz reflexões sobre como podemos construir relações que rompem com as lógicas coloniais, abrindo caminhos para a escuta, o cuidado e o reconhecimento entre mundos.

Mais que uma conversa, o evento propõe oferecer ao público uma troca de vivências entre mulheres indígenas que habitam diferentes territórios, mas que compartilham lutas comuns. Uma oportunidade rara de se aproximar das formas de vida, cura, resistência e amor cultivadas pelos povos indígenas.

(Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/>. Acesso em: junho de 2025. Adaptado.)



Em um dos textos que escreveu em sua coluna na Folha de São Paulo, Txai Suruí (Coordenadora da Associação de Defesa Etnoambiental – Kanindé, ativista e líder indígena) afirmou que “manter a floresta viva não é apenas plantar árvores, mas manter o povo que protege a floresta vivo”. Nesse sentido, e, a partir dos textos motivadores, redija uma dissertação acerca do tema:

“Para além das florestas: formas de preservar a cultura dos povos originários.”



PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	





INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a aplicação, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. A aplicação das provas terá duração de três horas para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e o preenchimento da Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
5. O caderno de provas é composto por trinta questões.
6. As questões da prova objetiva são do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), devidamente assinados nos locais indicados.
7. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato poderá se retirar do local de provas somente a partir de noventa minutos do início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas. O candidato somente poderá se retirar levando o caderno de provas no decurso dos últimos trinta minutos previstos para o término da aplicação.
11. Os três últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos outros dois candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 9h da segunda-feira subsequente à realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas deverá fazê-lo apenas em requerimento próprio, disponibilizado no *link* correlato ao Processo Seletivo, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos deverá ser feita apenas no prazo recursal, conforme informações contidas no edital do certame.